

1 **ATA 05 DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE**
2 **ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL – IPE**
3 **SAÚDE**

4
5 Aos onze dias do mês março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em reunião
6 virtual, realizou-se a quinta Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto
7 de Assistência à Saúde dos Servidores Público do Rio Grande do Sul – IPE Saúde, sob a
8 presidência do Sr. João Ricardo dos Santos Costa, presidente do Conselho de
9 Administração do IPE Saúde, e secretariada por mim, Thuane Liesenfeld da Silva,
10 secretária do respectivo Conselho. **1) Abertura da Reunião Ordinária.** Foi declarada
11 aberta a reunião, que contou com a presença dos conselheiros representantes do
12 Governo do Estado, titulares Marcus Vinícius Vieira de Almeida, Thiago Dapper Gomes,
13 Mauro Luciano Hauschild, Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin (ALRS), João Ricardo
14 dos Santos Costa (TJRS), e Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira (MPRS); e
15 representantes dos segurados titulares Katia Terraciano Moraes e Ives Agamenon Leite
16 Lucas (União Gaúcha), Marcia Elisa Pereira Trindade e Antônio de Pádua Vargas Alves
17 (Fessergs), e Vera Maria Lessês e Antônio Alberto Andrezza (Cpers). Além disto, a
18 reunião contou com a presença dos técnicos do IPE Saúde, Ilse Valli Tondo, Elis Regina
19 Ramos da Silva, Laura Azevedo de Castro, Mônica Alves, Djuliana Cappellari, Thais Costa
20 Silva e da suplente Maria Cleni da Silva. **2) Aprovação da ata da reunião ordinária do**
21 **dia 26/02/2021.** O presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos Santos
22 Costa, questionou os membros do Conselho sobre a ata da reunião ordinária do dia 26
23 de fevereiro de 2021 e o conselheiro Antônio de Pádua manifestou-se solicitou que
24 fosse acrescido nas atas de reuniões do Conselho de Administração todas as falas dos
25 conselheiros que são debatidas durante os encontros. A partir disto, o presidente do
26 Conselho, João Ricardo, esclareceu que as atas são apenas uma síntese das reuniões de
27 Conselho e não há o registro de todas as falas, visto as reuniões serem gravadas com

28 fidedignidade. A conselheira Marcia Elisa também se manifestou solicitando que, se
29 não é possível o registro de todas as falas, então que as mais importantes sejam
30 acrescidas em ata. Desta forma, João Ricardo solicitou que os conselheiros que
31 desejarem acrescentar alguma informação na ata referente à suas falas, que o façam
32 no prazo estabelecido para este ajuste. A partir deste apontamento, foi aprovada a ata
33 da última reunião ordinária com a ressalva de acrescentar a fala do conselheiro Antônio
34 de Pádua que comentou sobre o prazo de 15 dias estabelecido para debater e deliberar
35 uma reunião sobre a relação entre IPE Saúde e Santa Casa de Misericórdia de Porto
36 Alegre. **3) Discussão e votação sobre a Regulamentação das Carências.** O conselheiro
37 e relator do tema, Thiago Dapper, iniciou as falas informando que não deu tempo hábil
38 de a comissão interna amadurecer a discussão sobre o tema e nem de a equipe técnica
39 do IPE Saúde analisar as sugestões de alteração do texto da Regulamentação de
40 Carências. Por conta disto, o conselheiro solicitou que esta pauta fosse prorrogada para
41 a próxima reunião de Conselho. Ficou deliberado, por fim, que a pauta voltaria a ser
42 discutida no dia 25 de março de 2021. Antes de dar por encerrada a discussão, o
43 conselheiro Ives Agamenon manifestou-se questionando o relator do tema sobre como
44 está o encaminhamento da inclusão antecipada dos novos servidores públicos no
45 sistema do RHE e do IPE Saúde para que estes possam ter acesso aos serviços de
46 emergência, conforme discutido na reunião ordinária do dia 28 de janeiro de 2021.
47 Neste caso, o relator Thiago Dapper esclareceu que esta demanda foi encaminhada
48 como proposta à Subsecretaria de Gestão de Pessoas do Estado, porém a tratativa
49 deverá ser realizada entre Diretoria de Relacionamento com o Segurado do IPE Saúde
50 com a Subsecretaria para análise operacional. Desta forma, a técnica Djuliana
51 Cappellari se manifestou informando sobre o encaminhamento e esclareceu que a
52 Diretoria de Relacionamento com o Segurado já encaminhou solicitação deste
53 procedimento à Procergs e RHE, porém foi informado aos técnicos do IPE Saúde que
54 quem deverá realizar esta solicitação é a SEPLAG, por conta disto, os técnicos da

55 referida Diretoria encaminharam o processo aos cuidados da SEPLAG e a demanda já
56 está em andamento. Dando continuidade ao tema, a conselheira Katia Terraciano
57 manifestou-se lamentando a lentidão com que o tema tem sido analisado e sobre como
58 a submissão à SEPLAG tem sido negativa para o IPE Saúde por conta de falta de
59 autonomia do instituto. Inclusive, o IPE Saúde não tem mais Canal de Ouvidoria própria
60 por conta desta falta de autonomia ficando dependente do processamento das
61 reclamações por parte da SEPLAG, segundo a conselheira, e que isto é extremamente
62 prejudicial não só para os segurados do IPE Saúde como para o Conselho de
63 Administração que tem o papel de fiscalizar as ações do instituto. A conselheira Katia,
64 por sua vez, solicitou mais transparência nas informações. Neste caso o conselheiro
65 Thiago Dapper explicou que o IPE Saúde deve ser vinculado a uma secretaria, que neste
66 caso é a SEPLAG, pois faz parte da estrutura administrativa do Estado Brasileiro e que
67 esta demora na análise, infelizmente, é um prazo estabelecido, não só por uma questão
68 de sistema, mas também de fluxo administrativo. Aproveitando a explanação sobre a
69 Ouvidoria, Thiago esclareceu também que o IPE Saúde já está buscando um Ouvidor
70 para que seja sanado os problemas relativos a este tema. Desta forma, Ives Agamenon
71 sugeriu que, como o IPE Saúde não pode ter um Canal de Ouvidoria próprio, que então
72 o instituto disponibilize uma pesquisa de satisfação para os segurados em seu site
73 institucional. A partir disto, o presidente João Ricardo pediu ao Conselho que estas
74 sugestões sobre o Canal de Ouvidoria, especificamente, fossem recolhidas para
75 posterior deliberação de um ROL de propostas à administração do IPE Saúde. Para
76 acrescentar nas sugestões, o conselheiro Antônio de Pádua manifestou-se afirmando
77 que, pela importância do IPE Saúde ser uma instituição que atende especificamente o
78 funcionalismo público, este deveria ter sua própria Ouvidoria, nem que isso seja
79 esclarecido por decreto via governador do estado. **4) Resposta da PGE sobre análise do**
80 **Requerimento das Entidades.** O presidente do Conselho de Administração, João
81 Ricardo, deu conhecimento aos conselheiros do processo que aprova a permanência do

82 diretor-presidente do IPE Saúde como membro no Conselho de Administração, sem
83 encontrar negativa legal por Lei Estadual do mesmo exercer a função como conselheiro.
84 Desta forma, não houve o que ser deliberado por este colegiado. Portanto, a
85 conselheira Katia Terraciano informou que deu conhecimento do parecer às entidades.

86 **5) Resposta da Setorial da PGE referente à remuneração adequada dos membros do**
87 **Conselho de Administração.** O presidente João Ricardo informou aos conselheiros que
88 a resposta recepcionada via PROA sobre os questionamentos da forma correta de
89 remunerar os conselheiros esclarece o que o Regimento Interno do Conselho de
90 Administração já tinha deliberado anteriormente na construção do seu próprio texto:
91 Que os pagamentos aos conselheiros seriam realizados de forma proporcional ao
92 comparecimento dos membros do colegiado nas reuniões ordinárias e extraordinárias
93 estabelecidas durante o mês, e sendo este pago considerando a parcela única mensal
94 de 10% referente à remuneração do diretor-presidente do IPE Saúde. Desta forma ficou
95 esclarecido que não há o que ser alterado no Regimento Interno do Conselho de
96 Administração no que diz respeito ao artigo sobre a remuneração das gratificações aos
97 conselheiros. **6) Assuntos de Ordem Geral.** No início desta reunião, foi sugerida a
98 inclusão da pauta sobre a situação da relação entre IPE Saúde e Santa Casa de
99 Misericórdia de Porto Alegre, sendo aprovada pelos conselheiros para que fosse
100 debatida em Assuntos de Ordem Geral. Dando início ao debate sobre o tema, o
101 presidente João Ricardo manifestou-se afirmando que, a partir do momento crítico que
102 estamos travando devido a pandemia de Covid-19, não é possível que se espere mais
103 15 dias para debater sobre o tema, pois o mesmo tem urgência. Considerando a
104 posição do presidente do Conselho, o conselheiro Marcus Vinicius informou que no dia
105 08 de março de 2021 a diretoria do IPE Saúde teve uma reunião com a direção do
106 Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e demais autoridades
107 da estrutura governamental do Estado para tratar sobre a relação do Hospital com o
108 instituto IPE Saúde. Durante a reunião, foram debatidas as principais dificuldades que o

109 IPE Saúde está encontrando para resolver os impasses com o Complexo Hospitalar e
110 também sobre os recursos que foram passados para a Santa Casa de Misericórdia a fim
111 de quitar parte das contas em débito. Marcus Vinicius informou aos conselheiros que o
112 IPE Saúde receberia uma cota patronal do Governo do Estado, no total de 48 milhões
113 de reais, referente às dívidas pendentes de governos anteriores que estavam em atraso
114 para com o instituto. Estas cotas foram acrescidas ao valor disponível em caixa do
115 instituto, sendo possível pagar parte das dívidas do IPE Saúde com os prestadores de
116 serviços, principalmente com a Santa Casa de Misericórdia. Desta forma, cerca de 89
117 milhões de reais serão destinados a quitação de contas ambulatoriais, reduzindo de 130
118 dias de prazos para que estes pagamentos sejam realizados para, aproximadamente, 90
119 dias. Também, durante a reunião do dia 08, foi debatida a necessidade de atualizar o
120 contrato para com a Santa Casa visando a regularização dos prazos para pagamentos. A
121 partir dos esforços do instituto e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na
122 resolução deste impasse, a direção da Santa Casa aceitou, durante esta reunião, a
123 análise e posterior assinatura de um novo contrato de prestação de serviços para com o
124 IPE Saúde. Marcus Vinicius também informou aos conselheiros sobre o processo
125 administrativo que está tramitando referente ao caso do paciente, segurado do plano
126 IPE Saúde, que veio a óbito depois de não ser atendido pelo Complexo Hospitalar.
127 Neste caso, o diretor-presidente esclareceu que o instituto está tomando todas as
128 providências cabíveis para auxiliar a família do paciente nos impasses necessários. A
129 partir disto, espera-se a resolução imediata do relacionamento do Complexo Hospitalar
130 para com o instituto, a fim de restabelecer os atendimentos para segurados do IPE
131 Saúde. Após as explanações, a conselheira Katia Terraciano solicitou ao diretor-
132 presidente do IPE Saúde que fosse encaminhado ao Conselho de Administração esta
133 carta de intenções entre IPE e Santa Casa com a descrição dos valores relatados para
134 conhecimento dos membros do Conselho. A partir disto, ficou definido que será aberto
135 um PROA onde o Conselho de Administração encaminhará ofício destinado à

136 Presidência do IPE Saúde solicitando esta demanda. Ainda abordando suas
137 considerações, Katia expôs, também, que a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
138 foi retirada do site do IPE Saúde, há cerca de 8 meses, sem nenhum tipo de comunicado
139 aos segurados, fato negado pelo diretor presidente, mas confirmado pela conselheira.
140 Além disto, também relembrou sobre a solicitação realizada nas últimas reuniões
141 ordinárias do levantamento da rede credenciada do IPE Saúde para análise do
142 colegiado. Dando continuidade à discussão, Ives Agamenon questionou sobre o cartaz
143 que a Santa Casa tem exposto no saguão do Hospital informando que não estava
144 atendendo pacientes do IPE Saúde e se com os pagamentos de parte da dívida
145 acarretará a retirada deste cartaz. Na sequência o conselheiro Antônio Alberto
146 Andrezza lamentou, por sua vez, o atraso do pagamento das inadimplências do Estado
147 para com o IPE Saúde e registrou que saúda os avanços nas tratativas de resolução com
148 a Santa Casa, porém preocupa-se com a demora desta resolução em meio a uma
149 pandemia, a qual estamos travando. Neste caso, o conselheiro Antônio Alberto sugeriu
150 que, se a situação não fosse resolvida imediatamente com os métodos adotados pelo
151 instituto, que houvesse então uma intervenção judicial, mesmo que provisória e
152 temporária, para que a Santa Casa retome os atendimentos ao plano. A seguir, o
153 conselheiro Antônio de Pádua manifestou-se solicitando o recebimento da planilha de
154 quanto cada hospital receberá destes aportes pagos ao instituto. Além disto, solicitou
155 também esclarecimentos sobre os novos leitos hospitalares que o IPE Saúde estava em
156 tratativa com os prestadores de serviços e sobre como o instituto tem gerenciado seus
157 recursos. Continuando os debates e questionamentos, a conselheira Vera Maria Lêsses
158 reiterou as falas dos colegas e frisou sobre a importância da resolução deste impasse o
159 quanto antes, pois diariamente tem recebido reclamações de segurados do plano em
160 relação a falta de atendimento do complexo hospitalar. Já a conselheira Marcia Elisa
161 reiterou a solicitação de que o IPE Saúde encaminhe os dados financeiros do instituto
162 para análise do Conselho de Administração e melhores esclarecimentos sobre estas

163 finanças para subsidiar a tomada de decisões. Além disto, Márcia também questionou
164 se o IPE Saúde tem um plano de investimentos e onde estão sendo investidas as
165 finanças do instituto. Em resposta as colocações e dúvidas dos conselheiros, o
166 conselheiro Marcus Vinicius iniciou sua fala esclarecendo que para encaminhar o termo
167 de tratativas com a Santa Casa para o Conselho de Administração é necessária uma
168 solicitação formal por parte do colegiado. Neste caso, ficou definido a abertura de um
169 PROA com esta solicitação. Continuando as explicações, Marcus afirmou que o Governo
170 do Estado não está em atraso com o Fundo de Assistência à Saúde - FAS, e que todos os
171 descontos do funcionalismo público têm sido encaminhados diretamente para este
172 fundo, ou seja, nenhuma cota patronal foi atrasada pelo governo atual, apenas por
173 governos anteriores. Portanto, solicitou que em relação ao levantamento de dados das
174 finanças do instituto também seja realizado uma solicitação formal pelo Conselho de
175 Administração. Em relação ao cartaz que estava exposto no saguão do hospital Santa
176 Casa, Marcus Vinicius afirmou que o complexo hospitalar retiraria o mesmo, pois os
177 atendimentos seriam normalizados assim que fossem adotadas as tratativas entre IPE
178 Saúde e Santa Casa. Já em relação aos pagamentos que serão realizados para cada
179 prestador de serviços, Marcus afirmou que os dados completos seriam publicados no
180 site institucional do IPE Saúde para consulta pública. Sobre os novos credenciamentos
181 de leitos pelo plano, o conselheiro e diretor-presidente do instituto explicou que o IPE
182 Saúde está em tratativas para formalizar um contrato com o Hospital Porto Alegre e no
183 caso do Hospital Moinhos de Ventos, o instituto está tomando um esforço extra para
184 credenciar a parte oncológica deste hospital. Sobre o Moinhos de Vento, Marcus
185 adiantou ao Conselho que o instituto está celebrando um protocolo de intenções com o
186 hospital para trabalhar com pacotes de atendimentos de consultas ambulatoriais e
187 serviços de cirurgias e internações. Por fim, o presidente do Conselho de Administração,
188 João Ricardo, deliberou o limite de até a próxima reunião de Conselho, que ocorrerá dia
189 25 de março, para que a diretoria do IPE Saúde encaminhasse os levantamentos

190 solicitados pela conselheira Kátia, Marcia Elisa e demais membros. Finalizando a pauta,
191 o conselheiro Mauro Luciano Hauschild solicitou à diretoria do IPE Saúde o
192 encaminhamento da estratificação de representação do poder judiciário em número de
193 segurados para o IPE Saúde, visto a discussão do subsídio concedida pelo Tribunal de
194 Justiça aos servidores, e se este valor terá algum impacto no âmbito do IPE Saúde. **7)**
195 **Definição de pauta para a próxima sessão.** Para a próxima reunião ordinária do
196 Conselho de Administração que ocorrerá no dia 25 de março de 2021, ficaram pautados
197 os seguintes temas: Discussão e votação sobre a Regulamentação das Carências com a
198 apresentação das propostas de alteração do texto do regulamento recepcionadas pela
199 Comissão Interna; Relato sobre a atual situação do credenciamento do Complexo
200 Hospitalar Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e possíveis deliberações com o
201 levantamento de dados sobre o caso e definição de reunião entre IPE Saúde e diretoria
202 do Hospital; e discussão e deliberação sobre a Análise Financeira e Operacional do IPE
203 Saúde do ano de 2020. **8) Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e dando por
204 encerrada a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata que vai elaborada,
205 revisada e assinada por mim, Thuane Liesenfeld da Silva, secretária do Conselho de
206 Administração, e pelo presidente do Conselho de Administração, João Ricardo dos
207 Santos Costa, sendo declarada aprovada a ata desta sessão, que se encontra à
208 disposição dos Senhores Conselheiros, por meio eletrônico, ressalvando-lhes o direito
209 de retificá-la, por escrito, se assim o desejarem.

210

211

Reunião Virtual, 11 de março de 2021.

212

213

João Ricardo dos Santos Costa

214

Presidente do Conselho de Administração do IPE Saúde

215

216

Thuane Liesenfeld da Silva

217

Secretária do Conselho de Administração do IPE Saúde